

A FILOSOFIA E SEU ENSINO: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA MERLEAU-PONTYANA SOBRE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA FILOSOFIA

*Patrícia Del Nero Velasco**
patricia.velasco@ufabc.edu.br

*Rafael Cavalcanti Braga***
rafael.braga@aluno.ufabc.edu.br

RESUMO *À pergunta “O estudo de história da filosofia é de algum interesse para a própria filosofia?”, diferentes são as respostas. Tomando-se como referência a defesa merleau-pontyana de uma intrínseca relação entre filosofia e história da filosofia e, particularmente, as ideias de Merleau-Ponty contidas no excerto “A Filosofia e o ‘Fora’”, o presente artigo procurará subsidiar a tese de um ensino filosófico da filosofia. Objetiva, pois, encontrar argumentos subjacentes à tese de uma história filosófica da filosofia para fundamentar as relações entre a filosofia e seu ensino.*

Palavras-chave *Filosofia, história da filosofia, ensino da filosofia.*

ABSTRACT *There are different answers to the following question: “Is there any interest, to philosophy itself, on the study of history of philosophy? Considering Merleau-Ponty’s argument of an intrinsic relationship between philosophy and history of philosophy, and, particularly his ideas contained in the excerpt “Philosophy and the Outside”, this article will support the thesis of a philosophical teaching of philosophy. It aims, therefore, to find arguments*

* Doutora em Filosofia. Professora da Universidade Federal do ABC.

** Graduando em Filosofia da Universidade Federal do ABC. Artigo recebido em 30/04/2013 e aprovado em 22/10/2013.

underlying the thesis of a philosophical history of philosophy to substantiate the relationship between philosophy and its teaching.

Keywords *Philosophy, History of Philosophy, Philosophical Teaching.*

Filosofia e história da filosofia: considerações iniciais

As relações entre filosofia e história não são consenso. Entre os autores que não compreendem o estudo da história como relevante para a filosofia, encontram-se Descartes e Nietzsche. Para o primeiro, estudar a história da filosofia é se dedicar somente a uma espécie de conhecimento erudito que não possui nenhum caráter científico. Segundo Descartes, o conhecimento verdadeiro é uno, e se apresenta ao pensador de maneira clara e distinta. A diversidade dos sistemas filosóficos, uns contradizendo os outros, é prova de que nenhum deles possui a verdade nem a ciência, visto que, se algum as possuísse, não haveria empecilhos para que seu sistema fosse imposto de modo inquestionável. Ter ciência de um objeto corresponde a reconstruir este último pelo entendimento e, portanto, não significa conhecê-lo historicamente (sendo informado sobre o referido objeto). Deve-se, pois, rejeitar a história da filosofia como fonte de conhecimento verdadeiro.

Nietzsche, por sua vez, sustenta que o homem passou a procurar a verdade e a cultuá-la, apegando-se à razão, à consciência, à religião, ao instinto social, à história. Mas, para o autor, o intelecto serve à vida, não conduzindo para além desta. Assim sendo, não há como pensar o conhecimento desvinculado da vida a que ele serve. O homem que prefere a verdade à vida o faz de maneira sacrificial: a vida deserta a si mesma para sustentar tal idolatria pela verdade, esquecendo-se como experimentação de perspectivas. “[...] há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente chega a sofrer dano e por fim se arruína, seja ele um homem ou um povo ou uma civilização” (Nietzsche, 1983, p. 58).

O homem histórico, nas palavras nietzschianas, olha o passado na tentativa de entender o presente e desejar o futuro com mais intensidade. Não se questiona se a vida precisa do serviço da história e não percebe que “O sentido histórico, quando reina irrefreado e traz as suas conseqüências, erradica o futuro, porque destrói as ilusões e retira às coisas sua atmosfera, somente na qual elas podem viver” (Nietzsche, 1983, p. 65).

Nesta ótica, a história não poderia ser objeto da filosofia: “A história erudita do passado nunca foi a ocupação de um filósofo verdadeiro, nem na

Índia nem na Grécia; e um professor de filosofia, se se ocupa com trabalhos desta espécie, tem de aceitar que se diga dele, no melhor dos casos: é um competente filólogo, antiquário, conhecedor de línguas, historiador – mas nunca: é um filósofo” (Nietzsche, 1983, p. 81). Para Nietzsche, filosofia e história da filosofia não se confundem: o estudo da história não passa de mera erudição, não sendo tarefa filosófica.

A relevância filosófica da história da filosofia é formulada primeiramente nas “Lições sobre a História da Filosofia”, de Hegel. Cada sistema de pensamento é visto como responsável pelo surgimento de outros sistemas e entendido como parte de um processo evolutivo imprescindível à finalidade da filosofia. Entendem-se os sistemas filosóficos como momentos necessários ao desenvolvimento da própria filosofia, esta que seria, para o autor, um todo orgânico, um grande sistema que se aprimora em suas partes e, com o tempo, atingirá seu fim – o conhecimento absoluto, ou a verdade. “[...] o estudo do passado sempre dirá algo ao presente. Desde então, o curso da história não nos apresenta o devir de coisas estrangeiras, mas o devir de nossa filosofia: o estudo da história da filosofia é agora indiscernível do estudo da filosofia, a história da filosofia é, ela mesma, filosófica” (Moura, 1988, p. 156).

A ideia hegeliana de uma história da filosofia que não se limita à doxografia foi desenvolvida por historiadores estruturalistas, os quais, no entanto, rejeitaram a proposta de um devir filosófico. Buscaram, em alguma medida, conciliar o caráter filosófico da filosofia com o pretendido caráter científico desta mesma filosofia.

Como é um fato que o passado da filosofia é relevante para a reflexão do presente – dirá Gueroult –, o estudo da história da filosofia tem interesse para a filosofia, e essa história, bem compreendida, é sempre uma história *sapientiae*, que nos mostra o passado como contemporâneo ao presente – sem com isso deformá-lo. A história da filosofia pode ser tanto ciência rigorosa quanto disciplina filosófica, e o estruturalismo – assegura Goldschmidt – pretende ser um método ao mesmo tempo científico e filosófico. (Moura, 1988, p. 152)

Manter relações não exteriores, mas essenciais, com a história da filosofia passa a ser crucial para a filosofia firmar-se como pensamento original (evitando a história *stultitiae*). Contudo, se o terreno intelectual pró-hegeliano não cumpre a exigência de cientificidade na história da filosofia, como garantir esta cientificidade? Ao colocar os fenômenos culturais em perspectiva no tempo, o historicismo passa a ser a fonte histórico-filosófica do estruturalismo: sob a ótica da história, há uma sucessão de doutrinas explicáveis por causas; sob a ótica do ceticismo filosófico, as filosofias são objetos da história e não cabe a nenhuma o privilégio de ser considerada como detentora da verdade.

Cada sistema é irreduzível. Postas sob a perspectiva temporal, as doutrinas cedem lugar a uma história preocupada com a reconstituição autêntica – uma história verdadeira. Por conseguinte, o estruturalismo pretendeu solucionar a ambiguidade fundamental do homem moderno na escolha entre o passado conhecido como presente (destituindo o caráter ativo do filósofo) e o passado distanciado do presente (destituindo o apoio da história). O filósofo reconhece a história da filosofia como ponto de apoio e é, ao mesmo tempo, autor. O valor filosófico da história da filosofia reside na consideração do conhecimento racional como definido pelo sistemático. E o sistema como expressão da racionalidade em geral é a garantia de uma história *sapientiae*.

Não se pretende neste artigo esgotar as posições filosóficas sobre as relações entre filosofia e história da filosofia. Uma vez introduzido o tema, será apresentada na seção subsequente a perspectiva de Merleau-Ponty, a partir da qual se objetiva extrair subsídios para fundamentar, na parte final deste texto, as relações entre a filosofia e seu ensino.

A história filosófica da filosofia sob a perspectiva de Merleau-Ponty

Maurice Merleau-Ponty corrobora a ideia estruturalista de uma história filosófica da filosofia. Mas a fundamenta sob outros argumentos. Interessam ao presente artigo as relações traçadas em “A filosofia e o ‘fora’”, excerto de “Em toda e em nenhuma parte”, no qual o autor trata das principais relações entre a filosofia e o “fora”, ou em outras palavras, entre a filosofia e a história.

O referido texto se inicia com a seguinte afirmação: “Pode parecer um empreendimento inocente compor uma obra coletiva sobre os filósofos célebres. No entanto, não se pode tentá-lo sem escrúpulos, pois coloca em discussão a ideia que devemos ter da história da filosofia e da própria filosofia” (Merleau-Ponty, 1980, p. 209). E, igualmente, a ideia que devemos ter da história.

A fim de que se possa esmiuçar a trama de relações entre filosofia e história da filosofia, apontadas por Merleau-Ponty, cabe inicialmente desembaraçar as confusões que permeiam o próprio conceito de história, quais sejam: (i) a concepção da história como movida por um sentido único (uma lógica oculta) que subjaz aos fatos e predetermina os rumos destes, atribuindo-lhes uma teleologia; (ii) a concepção da história como sequência de fatos que se sucedem ocasionalmente, desprovida de qualquer sentido.

A separação mencionada é artificiosa, segundo Merleau-Ponty e, conseqüentemente, não nos obriga a uma escolha. Escolha esta que redundaria em riscos para a compreensão da realidade. Eis os riscos: (i) a concepção

da história como movida por um único e predeterminado sentido conduziria à projeção no passado de características de hoje, buscando influências (ou uma lógica) para compreender a história – a chamada ilusão retrospectiva; (ii) a concepção da história como destituída de sentido, em contrapartida, é igualmente um escamotear da história, uma ilusão prospectiva.

Deste modo, faz-se necessário assumir esta ambiguidade da realidade na compreensão da história, a qual passa a ser entendida como um dever de sentido: a realidade histórica é inteligível, é pensável. Logo, o conhecimento da história é possível. A realidade é pensável porque não meramente suportável, sofrível, mas também perspectiva: o sentido da história é indicativo.

O conhecimento perspectivo mencionado é presente: limitado porque situado, mas se faz a partir de um ponto de vista que possibilita a compreensão do diferente. Assim, a história não é nem movida por um sentido predeterminado nem destituída de sentido. Antes, a história *faz* sentido: há história se houver uma lógica na contingência, uma razão na desrazão – para usarmos termos do autor.

A ambiguidade apontada para o conceito de história é transportada por Merleau-Ponty para o conceito de história da filosofia. Neste momento, torna-se necessário retomarmos o apontamento inicial do texto: a tentativa de composição de uma obra coletiva sobre os filósofos célebres necessita de um tratamento cuidadoso, uma vez que traz à reflexão a ideia mesma da filosofia, da história da filosofia e, acrescentamos, da história. O escrupuloso trabalho de decifrar a totalidade de vidas e de obras, prossegue o autor, não extrapola o caráter de história da filosofia (aqui considerado como exterior à própria filosofia, ou, dito diferentemente, como “fora”). Neste sentido, não valorizando a preocupação primordial dos próprios filósofos, a saber, a posse de uma verdade que supere as meras opiniões. Pergunta-se: o que garante a perspectiva central em um livro coletivo, a unicidade das filosofias? A resposta remete à necessidade de colocação de uma mesma questão a todos os filósofos envolvidos, bem como a caracterização passo a passo do desenvolvimento do problema.

No entanto, transportando a ambiguidade do conceito de história para a análise do conceito de história da filosofia, ressalta Merleau-Ponty que: (i) a história da filosofia não pode ser reduzida a apenas um catálogo de pontos de vistas ou de teorias (preservando o caráter filosófico, mas perdendo o seu caráter histórico); bem como (ii) a história da filosofia não pode ser a incorporação das filosofias em um único sistema, à moda hegeliana (procedimento que salvaria a indestrutibilidade histórica, mas destruiria a peculiaridade de cada filosofia, roubando sua alma).

Sabendo que os termos ditos filosóficos (tais como *liberdade*, *ideia* e *saber*) não têm o mesmo sentido nas diversas filosofias e que há a ausência de uma testemunha única que os reduza a um consenso, questiona-se: “como veremos crescer uma filosofia através de filósofos?” (Merleau-Ponty, 1980, p. 209). Neste momento, Merleau-Ponty passa a analisar com mais detalhes a solução hegeliana ao problema (acima citada como a segunda confusão em torno do termo história da filosofia): contrariamente à redução dos diferentes termos a um denominador comum, tomam-se as doutrinas como momentos de uma única doutrina em curso, ocupando um lugar na unidade de um sistema.

Diz Merleau-Ponty que tal sistema é bem desenvolvido à medida que incorpora as doutrinas em uma filosofia integral, pretendendo melhorar a tarefa filosófica e ultrapassar as demais doutrinas. Este procedimento, por sua vez, rouba a alma da filosofia do “interior” que ultrapassamos, guardando-a sem suas limitações: reduz-se a trajetória das doutrinas a um parágrafo do sistema.

O sistema supõe os caminhos como conhecidos, não os incluindo: “Há transgressão, transcrença do passado no presente. A verdade é um sistema imaginário, contemporâneo de todas as filosofias, que conserva sem perda sua potência significativa, e do qual uma filosofia existente é apenas um esboço sem forma...” (Merleau-Ponty, 1980, p. 210). Desta maneira, a crítica do autor incide sobre o fato de que não basta salvaguardar as peculiaridades das filosofias: deve-se igualmente ultrapassá-las (preservando os meandros, as tramas significativas...).

Novamente Merleau-Ponty recorre a Hegel, dizendo que este já afirmava que a história da filosofia está no presente, sendo que os meandros que prepararam as filosofias não só não estão superados como continuam necessários como caminho. A verdade, nesta ótica, é somente a memória do que foi descoberto no percurso. E é isto que permite afirmar que as filosofias são indestrutíveis: implantaram marcos sobre os quais a posteridade não deixará de percorrer.

Um filósofo presente hoje assim o é porque, embora descontextualizado de suas circunstâncias e inquietado por preocupações e ilusões de sua época, respondeu a estas de uma forma tal que ensina a nós, hoje, a respondermos (embora diferentemente) as nossas preocupações e ilusões. “Se Descartes está presente é porque, rodeado de circunstâncias hoje abolidas, atormentado com preocupações e com algumas ilusões de seu tempo, respondeu a esses acasos de tal maneira que nos ensina a responder aos nossos, embora diferentes, e diferente nossa resposta” (Merleau-Ponty, 1980, p. 210).

Em suma, o autor salienta que o que garante o caráter filosófico é a indestrutibilidade das filosofias. Mas devem estas últimas conservar suas peculiaridades – suas inquietações, pensamentos, vida, contingência! Torna-se então necessária não apenas a lógica, mas igualmente a contingência: os meandros que abrem brechas para alojarmos os nossos pensamentos de leitores hoje, lacunas e poros para respirarmos e trilharmos os caminhos. Esta relação entre a lógica e a contingência é preenchida pela relação entre o dentro e o fora.

Deste modo, não basta ao aspirante a filósofo dedicar-se a pensamentos eternos: apenas aquele que interpela sua *vida* faz vibrar o tom da verdade. As filosofias só permanecem como tentativas globais, carregando suas verdades e suas loucuras. “Não há uma filosofia que contenha todas as filosofias; em certos momentos, a filosofia está inteira em cada uma delas. Para retomar a expressão famosa: seu centro está em toda a parte e sua circunferência, em nenhuma” (Merleau-Ponty, 1980, p. 211).

Destarte, a verdade está desde o princípio como tarefa a cumprir e, como tal, ainda não está ali. Eis a relação singular entre a filosofia e seu passado, esclarecendo a sua relação com o “fora”. Em relação à história social e pessoal, por exemplo, tem-se que se, por um lado, a filosofia vive de tudo o que ocorre ao filósofo e à sua época; por outro, transporta-o “para a ordem dos símbolos e da verdade proferida, de modo que não há mais sentido em julgar a obra pela vida, do que a vida pela obra” (Merleau-Ponty, 1980, p. 211).

A ambiguidade presente no conceito de história é assim transportada, como anunciado, para o conceito de história da filosofia. Merleau-Ponty afirma ser imaginária a alternativa da escolha entre pensar a história do indivíduo como detentora da verdade filosófica e pensar a consciência filosófica como detentora dos princípios históricos (sociais e pessoais).

A substituição do estudo interno das filosofias por uma explicação sócio-histórica só seria plausível se fosse feita referência a um caminho histórico bem evidente, sendo a filosofia, neste caso, tratada em relação a este *télos* histórico. Pergunta-se: de onde vem a ideia diretriz e o que vale? A colocação da questão própria, no entanto, já é a tomada de partido contra uma dialética presente nas coisas. “Porém, como sabeis que está aí? Por filosofia. Simplesmente, é uma filosofia secreta, disfarçada de Processo. Nunca se opõe ao estudo interno das filosofias uma explicação sócio-histórica, mas sempre uma outra filosofia escondida sob ela” (Merleau-Ponty, 1980, p. 211).

Em termos do dentro e do fora, para usarmos expressões do autor, não se pode tratar a história como simplesmente exterior à filosofia (como fora), tampouco tratá-la somente como interna e constitutiva da filosofia (como

dentro). Tais aspectos não formam uma dicotomia excludente, não se anulam mutuamente. Ao contrário, ambos são necessários ao entendimento total da obra filosófica.

Logo, a unicidade da história da filosofia é um horizonte (nunca encontrado): sedimentação e reconstituição de sentidos. Deve-se notar, conseqüentemente, que o mesmo movimento das histórias da filosofia cabe a cada filosofia, visto que a unicidade de cada sistema filosófico é também construída no trabalho de elaboração, no ziguezague dos sentidos.

Pode-se afirmar que a unicidade de cada filosofia no curso da história, a unicidade global da história da filosofia e a possível reunião de interpretações e perspectivas não são dadas. Antes, são unidades oblíquas, transversais, em trânsito. Uma unidade indireta em equilíbrio difícil.

Ao estudo interno das filosofias sempre há uma outra filosofia escondida: o que nomeamos explicação não é senão um pensamento que confronta um outro, acusando-o de ilusório. “[...] a ‘explicação’ histórica é apenas uma maneira de filosofar sem dar na vista, disfarçar as idéias em coisas e pensar sem precisão. Uma concepção da história só explica as filosofias sob a condição de tornar-se também filosofia, e filosofia implícita” (Merleau-Ponty, 1980, p. 212).

Assim sendo, o autor aponta novamente para a falsidade das concepções de “interior” e “exterior”. Defende que não há a necessidade do eterno debate, visto que os próprios partidários da estrutura interna da filosofia e da explicação socioeconômica invertem seus papéis quando de seu interesse. E, no mais, “A filosofia está em toda parte, até mesmo nos ‘fatos’, e em parte alguma e em domínio algum acha-se preservada do contágio da vida” (Merleau-Ponty, 1980, p. 212).

A fim de que se possa eliminar o falso embate entre filosofia pura e história pura, deve-se tomar a ideia da filosofia considerando os vestígios da história e não a reduzindo à sua origem: “a idéia filosófica, nascida do fluxo e refluxo da história pessoal e social, não é somente um resultado e uma coisa, mas um começo e um instrumento. Discriminando num novo tipo de pensamento e num novo simbolismo, constitui um campo de aplicação incomensurável com suas origens e só pode ser compreendida de dentro” (Merleau-Ponty, 1980, p. 212).

A abordagem histórica, sob esta perspectiva, serve tanto para conferir sentido às circunstâncias quanto como ponto de vista a partir do qual a filosofia compreende a si e aos demais sistemas. O universal filosófico encontra-se justamente no instante em que as limitações do filósofo investem em uma

outra história que não pertence à mesma dimensão dos fatos psicológicos ou sociais, cruzando-se e afastando-se dela.

Merleau-Ponty aponta a existência de relações estreitas entre a história que progride sem superação na pura negação e o conceito filosófico que não rompe seus laços com o mundo: “[...] o ‘real’ e o ‘racional’ são recortados no mesmo estofo: a existência histórica dos homens, por cujo intermédio o real é, por assim dizer, *prometido* à razão” (Merleau-Ponty, 1980, p. 213, grifos do autor). No entanto, é necessário encontrar o sentido “total”¹ da filosofia.

O sentido “total” de um filósofo é apreendido por meio das discordâncias que pululam em seu interior. A ideia de apanhar o Descartes absoluto em sua fonte é ilusória, segundo Merleau-Ponty, se Descartes for

[...] um discurso inicialmente hesitante que se afirma pela existência e pelo exercício, que se aprende a si mesmo pouco a pouco, e que nunca deixa completamente de visar mesmo aquilo que exclui resolutamente. Não se escolhe uma filosofia como um objeto. A escolha não suprime o que não foi escolhido, mas o mantém na margem. [...] A escolha filosófica (e as outras, sem dúvida) nunca é simples. E a filosofia e a história se tocam porque são ambíguas. (Merleau-Ponty, 1980, pp. 213-214)

O autor volta-se para Descartes para nele retomar a ambiguidade: se, por um lado, o filósofo em questão faz a distinção entre o entendimento puro e aquilo que pertence ao uso da vida, por outro, delineia uma filosofia cujo mote é a coesão das ordens que ele mesmo diferenciou. Daí a constatação de que história e filosofia se entrelaçam exatamente por serem ambíguas.

A desordem da filosofia não só é constitutiva desta como é o próprio meio a partir do qual a filosofia obtém a sua unidade, por separação e retorno ao centro. Há uma referência secreta que vincula indiretamente tudo a uma perspectiva (ou centro de interesse) não indicada inicialmente.

Pergunta-se: “Como, portanto, algum tipo de abordagem seria proibido e indigno dos filósofos? Uma série de retratos não é por si mesma um atentado contra a filosofia” (Merleau-Ponty, 1980, p. 214). – responde o autor. Uma vez que as linguagens filosóficas não podem ser superpostas termo a termo nem traduzidas imediatamente uma na outra, a unidade da filosofia não é rompida pela pluralidade de perspectivas e de comentadores, sendo a singularidade, o caráter necessário das filosofias.

A dificuldade em pensar a filosofia a cada momento da sua história encontra respaldo na diferença que caracteriza a unidade filosófica. Em

1 As aspas estão presentes no texto de Merleau-Ponty e serão adotadas no mesmo sentido em que são empregadas no excerto merleau-pontiano.

relação à delimitação da filosofia em termos da religião cristã ou do Oriente, devemos nos perguntar se o conceito filosofia pode ser estendido às sabedorias e experiências, ou se só pertence a doutrinas que traduzem a si mesmas em conceitos. Temos o direito de nos apropriar das filosofias passadas? De ordená-las segundo temas que não eram propriamente os seus? Segundo Merleau-Ponty,

[...] teremos ainda que perguntar até onde vai nosso direito de colocar as filosofias passadas num dia que é nosso, se podemos nos gabar, como dizia Kant, de compreendê-las melhor que elas próprias o conseguiram, e enfim, até que ponto a filosofia é dona do sentido. Entre nós e o passado, entre nós e o Oriente, entre a filosofia e a religião precisaremos, cada vez, aprender novamente a encadear o hiato e reencontrar a unidade indireta. O leitor verá, então, ressurgir a interrogação que formulamos no início, pois ela não é prefácio à filosofia, mas a própria filosofia. (Merleau-Ponty, 1980, p. 215)

Encontramos novamente o problema da natureza dos conceitos de história da filosofia e filosofia. Agora, contudo, em condições de afirmar que a história da filosofia é, ela mesma, filosófica: é a manutenção de um equilíbrio entre contraditórios (o dito e o não dito, o autor e o leitor, o refletido e o impensado); é a leitura do que o filósofo-autor escreveu (objeto) tendo nítido o ponto de vista do filósofo-leitor (sujeito); é a manutenção da circularidade entre o texto e a nova leitura (uma destruição e conservação que conferem, ao lido, um novo começo); e, por fim, a história da filosofia é a manutenção da ambiguidade entre história e filosofia (sustentando um equilíbrio difícil).

A leitura do filósofo é uma comunicação, e, como tal, não é transparente: trata-se de uma relação de proximidade e distância, ligando-se a uma necessária inadequação (contingência) entre a intenção e a expressão. A interrogação, a iniciativa e a perspectiva conferem o estatuto de filosofia à história da filosofia, uma vez que há comprometimento. Captar o sentido legítimo do texto é saber encontrar os indícios capazes de trazerem à luz o que estava na sombra. – O leitor pensa o autor inovadoramente, passando a filósofo.

O ensino filosófico da filosofia: reflexões a partir da concepção merleau-pontyana de filosofia e história da filosofia

Segundo a concepção merleau-pontyana de história, a distinção entre o filósofo de que se fala e aquele que fala não é algo simples. O leitor-historiador produz história da filosofia e também filosofia. “Dito mais simplesmente: difícil distinguir onde um termina e o outro começa. Assim, o ‘filósofo’ de que Merleau-Ponty fala é também ‘Merleau-Ponty’” (Muchail, 2008, p. 407).

Para Merleau-Ponty, a história não é progressiva nem predeterminada, ela não se explica por causalidades e por finalidades, porque ela depende da subjetividade humana para ser história, o que, em outras palavras, significa que a história-realidade necessita da consciência da história para que ela seja entendida como história-realidade. É por meio desta circularidade entre experiência e consciência que surge a história. Ao historiador da filosofia cabe a busca por estes momentos em que há a comunicação entre o factual e o conceitual. Ao filósofo, fazer a distinção e atribuir significação aos fatos estudados.

É este círculo – entre a experiência e o conhecimento, entre o sensível e o conceitual – que cumpre ao filósofo tematizar e ao historiador, investigar. Ele tem como correlato ou complemento necessário, a não-linearidade do tempo histórico e a não-univocidade de seu sentido ou, numa palavra, o que podemos chamar de sinuosidades da história. (Muchail, 2008, p. 409)

Esta maneira de compreender a história considera, portanto, uma dimensão humana da história, uma estrutura temporal não progressiva e que depende de um caráter subjetivo para sua percepção e seu conseqüente entendimento.

As sinuosidades da história às quais Merleau-Ponty se refere são as diversas formas de traçados e caminhos que são seguidos durante a construção de uma história. Uma história pode ser construída a partir de um contexto que também possui potencial para a construção de várias outras histórias, cada uma podendo seguir por rotas diferentes, de forma que suas respostas sobre determinados assuntos sejam outras, até mesmo divergentes.

Deste modo, a história-realidade “É campo aberto cuja experiência e cujo conhecimento não nos instalam em um traçado, mas em uma ‘ambiência’ a que Merleau-Ponty chama de ‘atmosfera da história’” (Muchail, 2008, p. 410), onde os homens interagem e reconhecem-se por suas afinidades ou diferenças, construindo as várias possibilidades de compreensão histórica, ainda que estas remetam a um mesmo contexto. A tarefa tanto do historiador quanto do filósofo então deve ser a de buscar um olhar perspectivo, e não absoluto, confrontando o que é provável para que se chegue ao ponto mais próximo em que se liga o fato à sua significação.

Logo, na visão de Merleau-Ponty, a separação entre o leitor-historiador e o filósofo lido não é algo trivial, visto que, ao ler e escrever, o historiador é motivado por questões diversas: está inserido em um determinado contexto socioeconômico, possui um histórico de vida, de leituras, e todos os tipos de experiências singulares, entre outras peculiaridades que determinam suas buscas e percepções, de modo que ele faz seu próprio recorte da história. O

próprio entendimento do significado de filosofia é determinante na produção de sua história, sendo que, desta forma, a produção da história da filosofia é um problema de ordem filosófica; ao se produzir história da filosofia, produz-se filosofia.

Dito de outra forma: “[...] o leitor faz ao mesmo tempo história da filosofia e filosofia, tornando-se, ele próprio, filósofo” (Muchail, 2008, p. 406). Nestes termos, afirma Merleau-Ponty,

[...] entre uma história “objetiva” da filosofia, que mutilaria os grandes filósofos naquilo que deram aos outros para pensar, e uma meditação disfarçada de diálogo, onde colocaríamos as questões e daríamos as respostas, deve haver um espaço onde o filósofo de que se fala e aquele que fala estejam presentes juntos, embora, de direito, seja impossível repartir a cada momento o que é de cada um. (Merleau-Ponty *apud* Muchail, 2008, pp. 406-407)

Deslocando a relação entre a filosofia e sua história para a relação entre a filosofia e seu ensino, a dificuldade de distinção entre o filósofo, a leitura que dele faz o professor e a apropriação da aula pelo aluno parece ainda mais difícil de ser realizada. Como delimitar o filósofo que fala do que dele falam os professores e alunos leitores? Se considerarmos a história da filosofia como filosófica, pode o ensino desta não ter caráter filosófico? “O professor de Filosofia não deve ser, de alguma maneira, filósofo (isto é, alguém que pratica a Filosofia)?” (Gallo, 2004, p. 10). Se a história da filosofia não pode ser reduzida a um catálogo de teorias ou, contrariamente, à incorporação das filosofias em um único sistema, o ensino da filosofia (e da história da filosofia) não pode ser realizado nestes termos.

Assim como a história da filosofia, o ensino da filosofia não pode ser enquadrado como uma ilusão retrospectiva nem como uma ilusão prospectiva. Isso porque, se, por um lado, não há uma única metodologia de ensino nem uma prévia seleção de conteúdos primordiais a serem ensinados, por outro, não se tem total liberdade em sala de aula, uma vez que há não só circunstâncias de infraestrutura e cultura como há dispositivos legais para o ensino da filosofia em seus diferentes níveis.

Fora visto que, para Merleau-Ponty, a realidade histórica é pensável e seu conhecimento, possível. O ensino da filosofia, neste viés, deve ser igualmente posto em perspectiva – ser pensado em situações concretas e assumir as referências teóricas que embasam a reflexão em sala de aula. Promovendo, pois, um ensino efetivamente significativo.

Não cabe ensinar uma história do indivíduo como detentora da verdade, nem ensiná-la como consciência filosófica universal. Se a própria história da filosofia forma-se de sedimentação e reconstituição de sentidos, um ensino

filosófico da filosofia e de sua história está constantemente em trânsito, refletindo seus fundamentos teóricos e sua práxis – constituindo-se, portanto, como filosofia.

Diferentes caminhos teóricos podem ser percorridos para responder a questão que agora se coloca: “O ensino da filosofia é, em alguma medida, de interesse para a própria filosofia?” Sem recorrer à tradição filosófica ou às questões da formação do indivíduo e do filósofo, argumenta-se de forma mais geral, tomando como base os pressupostos do ensino de filosofia: a escolha dos conteúdos a serem ministrados e de suas respectivas metodologias requer uma atitude filosófica de reflexão e decisão; ainda que de forma por vezes não sistematizada, o professor faz uso de uma concepção de filosofia para realizar suas escolhas e traçar os rumos de seu trabalho em sala de aula; se o próprio sentido – significado e direção – de filosofia já é um problema de ordem filosófica, o ofício do professor de filosofia igualmente o será.

Em outras palavras,

[...] a deliberação sobre os conteúdos programáticos a serem ministrados e as metodologias a serem utilizadas estão imbuídas de pressupostos filosóficos. Dada a diversidade de respostas para “Que é filosofia?”, igualmente diferentes serão os significados e as direções do Ensino de Filosofia. Qualquer que seja a identidade da Filosofia, a determinação do que se ensina e de como se o faz – em nome desta (seja ela qual for) Filosofia – não pode ser realizada exclusivamente a partir do campo da didática. Há, sim, que apresentar uma fundamentação filosófica para a questão posta. (Velasco, 2011, p. 31)

O professor de filosofia, ao preparar o material que será ministrado em sua aula, deve, primeiramente, determinar qual concepção de filosofia servirá de fio condutor das atividades em sala. Além da escolha conceitual mais adequada para o trabalho, o docente também realizará escolhas entre os conteúdos e os métodos que serão utilizados. De maneira análoga ao historiador da filosofia que quando escreve se aproxima dos filósofos pesquisados e proporciona novas perspectivas de leitura das obras estudadas, o professor de filosofia ao tomar decisões de caráter filosófico passa a ser, em alguma medida, filósofo. Concomitantemente, ao tomar a sala de aula como espaço de prática filosófica, o professor-filósofo concebe ao ensino-aprendizagem da filosofia o caráter filosófico.

Sob este ponto de vista, professores e alunos pensam os autores e as filosofias inovadoramente, exercendo e exercitando-se na filosofia.

[...] ali, naqueles momentos de aula de filosofia, cada um precisa ser um pouco filósofo. Se a filosofia consiste numa atividade, e mais, numa atividade criadora, ela não pode contar com a passividade dos estudantes e meramente descortinar o

universo de saberes. Cada aluno e todos os alunos, nas aulas de filosofia, precisam, em meu ver, fazer a experiência de lidar com a filosofia. É por isso que essa aula deve ser como um laboratório, ou como disse antes, uma oficina. (Gallo, 2002, p. 202)

Na oficina proposta por Gallo (2002), os alunos não são expectadores; eles se utilizam dos temas e da história da filosofia como ferramentas para resolverem os problemas filosóficos com os quais possuem mais proximidade e afinidade, transformando-se em certa medida (ao menos naquele momento) também em filósofos. Uma aula que promove a criatividade pode ser compreendida também como uma recusa à opinião, podendo se caracterizar como uma atividade transformadora da realidade, sendo que, para isto, faz-se necessário o atravessamento dos problemas da filosofia com os das demais áreas.

Rompe-se, outrossim, com a dicotomia estabelecida entre o professor de filosofia e o filósofo. Torna-se imprescindível tratar o ensino da filosofia filosoficamente. Para que se tenham aulas efetivamente filosóficas de filosofia, o professor não deve somente transmitir conteúdos, mas filosofar e fornecer as ferramentas necessárias para que seus alunos filosofem também: “[...] é importante que o professor de filosofia seja, em algum nível, filósofo, para que a aula de filosofia seja um local de atividade filosófica” (Gallo, 2005, p. 286).

Logo, a história da filosofia sob a ótica merleau-pontyana, sendo ela mesma, filosófica, permite-nos vislumbrar um ensino da filosofia e de sua história também filosófico, constituído do dito e do não dito, do autor e do leitor, do refletido e do impensado, da apropriação que o professor fez e que o estudante faz da tradição filosófica, espaço de abertura às novas assimilações, questionamentos, perspectivas.

Recusam-se, desta forma, as teses de Descartes e Nietzsche sobre a não relevância do estudo da história para a filosofia. Como apresentado na seção preliminar deste artigo, para Descartes a história da filosofia não é fonte de conhecimento verdadeiro – este é claro e distinto; já a história é recheada de contradições. Nietzsche, por sua vez, ao criticar o trabalho dos historiadores de sua época, defende que o estudo da história como erudição, desvinculada da vida, não é tarefa filosófica e, portanto, o professor que adota este estudo não pode ser dito filósofo.²

Para embasar a concepção de ensino de filosofia esboçada nestas páginas, pautada na aula como oficina de pensamento filosófico e na presença da história

2 Para fins deste artigo, não serão investigadas as demais dimensões de sentido histórico discutidas por Nietzsche, as quais, supõe-se, aproximariam o autor da proposta aqui defendida.

da filosofia neste espaço, buscam-se argumentos que sustentam a relevância filosófica da história da filosofia e cujo pioneirismo é atribuído a Hegel. Todavia, a ideia hegeliana de um devir filosófico não caberia na fundamentação pretendida. Assim como não seria interessante ao propósito deste texto assumir a pretensão estruturalista de ser um método concomitantemente científico e filosófico, tomando a história da filosofia tanto como ciência rigorosa quanto como disciplina filosófica. Os argumentos de Merleau-Ponty sobre o caráter filosófico da história da filosofia são então adotados.

Na perspectiva merleau-pontyana, a realidade é inteligível e a história faz sentido. A história não é um catálogo de teorias nem um único sistema orgânico. Cada filosofia é singular e, como tal, indestrutível. E será percorrida em seus meandros pelo leitor que interpela a vida. A história da filosofia como manutenção do difícil equilíbrio entre o dito e o não dito, entre o texto e a leitura que deste se faz, exige que o leitor seja, igualmente, filósofo. A história da filosofia é, pois, filosófica.

A consideração de uma história filosófica da filosofia e de um leitor filósofo desta história oferece elementos para colocarmos o ensino da filosofia em perspectiva, assumindo os pressupostos filosóficos deste ensino. À medida que subjaz ao ensino da Filosofia a reflexão filosófica sobre os fundamentos teóricos e a práxis deste próprio ofício, o ensino da filosofia é tarefa da própria filosofia. Ao ensinar-aprender filosofia, decisões filosóficas são tomadas (que concepção de filosofia está sendo adotada? Que conteúdos filosóficos devem ser priorizados?), apropriações filosóficas são feitas (que leituras fazem os estudantes do texto em mãos e da interpretação feita pelo docente acerca do referido texto? Que reflexões constroem a partir do diálogo em sala de aula?). A reconstituição de sentidos que compõe a história da filosofia na abordagem de Merleau-Ponty embasa, igualmente, o ensino da filosofia e de sua história.

Por conseguinte, um ensino filosófico da filosofia não se contentará em salvaguardar as peculiaridades da filosofia, mas deve – preservando as tramas significativas – ultrapassá-las. Apropriar-se destas para refletir para além delas. Os filósofos clássicos respondem às inquietações de seus tempos e nos ensinam a responder as nossas. Neste sentido, professores e alunos praticam a filosofia, sendo – tal qual o leitor da história filosófica da filosofia –, filósofos. Se Merleau-Ponty assinala brechas nas filosofias para que o pensamento do leitor se aloje, como insistir em uma aula de filosofia em que não há lugar para o ainda não pensado? Como ensinar filosofia sem interpelar a vida? O ensino da filosofia também não se acha preservado da vida; não se quer preservado do homem.

Pois é impossível negar que a filosofia claudica. Habita a história e a vida, mas quereria instalar-se no seu centro, naquele ponto em que são advento, sentido nascente. [...] O filósofo é o homem que desperta e fala, e o homem contém em silêncio os paradoxos da filosofia, porque, para ser plenamente homem, é preciso ser um pouco mais e um pouco menos do que homem. (Merleau-Ponty, 1986, pp. 75-81)

Referências

- GALLO, S. “Filosofia no Ensino Médio: em busca de um mapa conceitual”. pp. 189-208. In: A. Fávero, J. Rauber, W. Kohan (org.). *Um olhar sobre o ensino de filosofia*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- _____. “Apresentação”. pp. 9-12. In: S. Gallo, M. Danelon, G. Cornelli (org.). *Ensino de Filosofia: teoria e prática*. Ijuí: UNIJUI, 2004.
- _____. “Filosofia e educação: pistas para um diálogo transversal”. pp. 277-288. In: W. O. Kohan (org.). *Ensino de filosofia: perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. “Em toda e em nenhuma parte”. pp. 209-237. In: M. Merleau-Ponty. *Textos escolhidos*. Tradução e notas de Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. “Elogio da Filosofia”. Tradução de António Braz Teixeira. Lisboa: Guimarães Ed., 1986.
- MOURA, C. A. R. “História stultitiae e história sapientiae”. *Discurso Editorial. Revista do Departamento de Filosofia da USP*, São Paulo, Vol. 17, pp. 151-171, 1988.
- MUCHAIL, S. T. “Merleau-Ponty e a história”. *Cronos*, Natal, Vol. 9, Nr. 2, pp. 405-413, jul./dez. 2008.
- NIETZSCHE, F. “Considerações Extemporâneas (1873-1874)”. pp. 53-81. In: F. Nietzsche. *Obras incompletas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VELASCO, P. D. N. “Notas sobre o ensino de filosofia como problema filosófico”. *Dialogia*, São Paulo, Nr. 13, pp. 27-34, 2011.